

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2011

I – Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

Esta nota visa apresentar a atualização das estimativas de algumas receitas projetadas no orçamento 2011 com base na receita de 2010 e da reavaliação de alguns parâmetros para 2011. A Tabela 1 apresenta as receitas que foram revisadas.

Tabela 1 - Reestimativa da Receita 2011 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	FR	LOA 2011 (A)	1º REVISÃO (B)	Diferença (B-A)	Var. Rec. 1º Revisão/LOA
IRRF	00	1.478	1.580	102	6,9%
IPVA	00	1.565	1.490	(75)	-4,8%
ITD	00	312	385	73	23,5%
FECP	22	2.566	2.455	(111)	-4,3%
ICMS	00	25.004	24.310	(694)	-2,8%
Receita Financeira	01	116	116		
FPE	06	965	809	(156)	-16,2%
IPI	07	900	742	(158)	-17,5%
Demais Transf. União	01	82	82		
Lei Kandir	07	86	86		
Multas e Juros		309	309		
<i>M.J. Tributos</i>		103	103		
	00	97	97		
	01	-	-		
	22	5	5		
<i>M.J. Dív. Ativa</i>		204	204		
	00	199	199		
	01	6	6		
	22	0	0		
<i>M.J. Outros</i>	01	2	2		
Dívida Ativa		322	322		
	00	312	312		
	01	9	9		
	22	1	1		
Alienação de Outros bens Móveis	01	90	-	(90)	-100,0%
Dep. Judiciais tributários	90	100	40	(60)	-59,9%
Ressarcimento de pessoal cedido	20	19	19		
Outros	01	127	127		
Subtotal		34.041	32.873	(1.168)	-3,4%
Royalties		6.076	5.874	(201)	-3,3%
	04	2.176	2.117	(59)	-2,7%
	10	3.899	3.758	(142)	-3,6%
CIDE	26	102	102	-	-
Total		40.219	38.849	(1.370)	-3,4%

1. **IRRF** – reavaliado em mais R\$ 102 milhões em linha com a não correção da tabela de IR pessoa física 2011.
2. **IPVA** – reavaliado em menos R\$ 75 milhões devido à queda no preço médio dos automóveis de acordo com a tabela FIPE. A nova estimativa representa uma queda de 4,8% em relação à LOA sendo que o preço médio dos automóveis caiu em 7%. Projeta-se que o aumento da frota e a permanência do esforço de arrecadação compensarão parte dos efeitos negativos da redução do preço.
3. **ITD** – reavaliado em mais R\$ 73 milhões em relação a LOA 2011. A reavaliação é inferior ao valor auferido em 2010, mas mesmo assim representa um crescimento de aproximadamente 7% se forem desconsiderados os valores extraordinários referente ao advento do REFIS (Lei 5.647/10), que gerou aproximadamente R\$100 milhões provenientes da regularização de débitos com o Estado.
4. **ICMS** – reestimado em menos R\$ 694 milhões em relação a LOA. Em 2010 o crescimento do principal do ICMS alcançou nominalmente 18,7%. Para 2011, após inúmeras simulações há fortes indícios que sugerem que o crescimento não será tão acentuado, com alta de 10% em média. Desempenho passado não é garantia de comportamento futuro. Com todo esforço a ser implantado em 2011 para efeito de incremento na arrecadação via aumento na fiscalização, pouco aumentaremos em relação ao total conseguido em 2010.
5. **FECF** – reestimado em menos R\$ 111 milhões. Contudo, em relação a 2010 espera-se um crescimento de 8,92%. Ressalte-se que o desempenho do FECF não vem acompanhando o de ICMS, pois sua arrecadação está concentrada nos setores de Energia e Telecomunicações. Para 2011, as projeções de reajuste das tarifas de telefonia fixa e de eletricidade são de 2,9% e 2,8%, respectivamente – reunião do COPOM de dezembro (BACEN);
6. **Royalties** – reestimado em menos R\$ 201 milhões para o ano. Esta redução se deve as revisões dos parâmetros que influenciam o recebimento das Participações Governamentais, conforme tabela 2.

Tabela 2: Parâmetros de projeção das Participações Governamentais

Parâmetros	LOA 2011 (A)	1º REVISÃO (B)	(B/A) %
Brent (US\$/bbl)	83,50	86,00	2,99%
Câmbio (R\$/US\$)	1,83	1,70	-7,10%

Fonte: US Energy Information Administration (EIA) e no Relatório Focus (31/12/2010)

7. **FPE** – reestimado em menos R\$ 156 milhões em decorrência da redução da expectativa da arrecadação federal de IR e IPI.
8. **IPI-Exp** – nova previsão fixada em R\$ 742 milhões. Para o cálculo da nova previsão desta transferência não foi utilizado como referência o total arrecadado

em 2010. Com o intuito de expurgar efeitos de comportamentos atípicos (como a isenção do imposto no início do ano passado), o valor utilizado como base foi o arrecadado em outubro/2010, por este se mostrar como o mais padrão do ano. Assim, para 2011, o valor verificado em outubro foi replicado para todos os meses e, para refletir o crescimento esperado da economia, foram acrescidos 7% ao total obtido. Além disso, foi preciso acrescentar ao total o aumento de 12% do coeficiente de participação na divisão deste imposto entre todos os estados (o coeficiente do Rio de Janeiro foi fixado em 17,88% para 2011), que se reflete diretamente no aumento proporcional da transferência.

9. Alineação de bens móveis – reavaliado em menos R\$ 90 milhões, levando em conta o realizado desde 2007.

10. Depósitos Judiciais Tributários – reestimado em menos R\$ 60 milhões, levando em conta o realizado desde 2008.

II - Alocação das Dotações no Orçamento Anual vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação

A tabela a seguir apresenta a primeira revisão de receita detalhada por fonte de recursos.

A proposta da fazenda aponta uma receita estimada em R\$37,78 bilhões que, comparada à dotação atual aponta para um déficit de R\$1,37 bilhões.

COMPARATIVO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E PREVISÃO DE RECEITA

Tabela 3 - Comparativo do Excesso de Arrecadação e Previsão de Receita por Fonte de Recursos

Em R\$

Comparativo por Fonte de Recursos				
Comparativo por Fonte de Recursos	LOA 2011 (A)	Dotação Atual (24/01) (B)	1º REVISÃO 2011 (C)	Receita Prevista - Dotação Atual (D) = (C) - (B)
00	28.967.171.678	28.967.171.678	28.373.864.233	(593.307.445)
01	430.876.265	430.939.829	340.876.265	(90.063.564)
04	2.176.164.619	2.176.164.619	2.116.803.724	(59.360.895)
05	347.872.035	347.872.035	347.872.035	-
06	964.860.188	964.860.188	808.557.086	(156.303.102)
07	986.155.579	986.155.579	828.313.584	(157.841.995)
15	2.482.630.286	2.482.630.286	2.339.328.421	(143.301.865)
20	19.404.000	19.404.000	19.404.000	-
22	2.572.333.771	2.572.333.771	2.461.438.016	(110.895.755)
26	102.114.632	102.114.632	102.114.632	-
90	100.157.024	100.157.024	40.157.024	(60.000.000)
TOTAL:	39.149.740.077	39.149.803.641	37.778.729.019	(1.371.074.622)

III – Previsão da distribuição bimestral da Receita do Tesouro

Tabela 4

Metas da Distribuição Bimestral da Receita UGE 9999 - Exercício 2011							R\$(1,00)
Especificação	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
RECEITAS CORRENTES	6.993.954.141	5.660.737.542	5.678.666.856	5.364.669.090	5.626.957.555	6.114.795.416	35.439.780.598
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.424.090.712	4.959.752.290	4.706.819.104	4.724.014.778	5.037.832.553	5.402.520.722	30.255.030.160
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	1.077.614.175	271.352.853	519.156.788	145.991.335	89.689.580	146.814.698	2.250.619.430
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	592.302	592.302	592.302	592.302	592.302	592.302	3.553.814
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	356.161.364	317.847.622	331.638.920	371.586.380	373.056.937	418.956.041	2.169.247.264
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	134.475.924	110.699.463	120.250.826	120.893.743	121.381.837	134.224.137	741.925.931
RECEITAS INTRA-ORÇAMENT CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-	-	-
REC. INTRA-ORÇAMENT TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.019.663	493.011	208.915	1.590.551	4.404.345	11.687.514	19.404.000
RECEITAS DE CAPITAL	100.260.050	300.055.330	300.133.100	571.303.520	602.253.708	772.153.292	2.646.159.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.260.050	300.055.330	300.133.100	571.303.520	602.253.708	772.153.292	2.646.159.000
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
REC. INTRA-ORÇAMENT TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Total	7.094.214.191	5.960.792.872	5.978.799.956	5.935.972.610	6.229.211.263	6.886.948.708	38.085.939.598

Na tabela acima, a maioria das receitas foi distribuída de acordo com o fluxo observado no ano anterior, expurgadas as atipicidades; as demais, por serem deveras imprevisíveis, foram divididas igualmente entre os meses do ano

IV – Diminuição das Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, como apontado nos índices seguintes, uma redução nas despesas obrigatórias.

IV.1 – PASEP

PASEP			
FONTES	1º REVISÃO 2011 (A)	Dotação Atual em 24/01/2011 (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
00	312.490.521	252.688.759	(59.801.762)
01	3.409.398	3.219.762	(189.636)
04	21.168.037	18.646.395	(2.521.642)
06	8.085.571	6.192.721	(1.892.850)
07	6.997.914	4.120.402	(2.877.512)
26	765.860		(765.860)
TOTAL:	352.917.301	284.868.039	(68.049.262)

O principal problema está localizado no PASEP, onde a necessidade de créditos adicionais totaliza R\$68.049.262.

IV.2 – Índice da Saúde

Em R\$

SAÚDE			
FONTES	1º REVISÃO 2011 (A)	Dotação Atual em 24/01/2011 (B)	Diferença = (B) - (A)
00	2.566.981.663	1.416.980.169	(1.150.001.494)
06	97.026.850		(97.026.850)
07	77.113.317	155.621.509	78.508.192
10	324.808	53.464.542	53.139.734
22	295.372.562	1.556.508.365	1.261.135.803
CANCELAMENTO RP (IV)			-
TOTAL:	3.036.494.392	3.129.110.043	92.615.651

Na tabela acima podem ser verificadas na coluna (C) as diferenças, por fonte de recursos, a serem corrigidas. A previsão de receita da fonte 22 representa pouco mais de 10% do previsto na fonte 00. Nota-se então, que as fontes de recurso 00, 22 necessitam de ajuste quanto aos valores da dotação.

IV.3 - Transferências aos Municípios

Em R\$

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS			
FONTES	1º REVISÃO 2011 (A)	Dotação Atual em 24/01/2011 (B)	Diferença = (B) - (A)
00 (do exercício)	6.982.346.082	7.192.143.521	209.797.439
00 (exerc anteriores)	81.832.408	81.219.776	(612.632)
04	293.685.076	311.525.151	17.840.075
07	185.611.637	225.072.136	39.460.499
26	25.528.658	25.528.658	-
TOTAL:	7.569.003.861	7.835.489.242	266.485.381

O superávit total do PT dos municípios totaliza R\$ 266,48 milhões. Note que a despesa de exercícios anteriores apresenta uma diferença negativa de R\$ 612.632 por conta da atualização pela UFIR de 2011.

IV.4 – Índice da Educação

Em R\$

EDUCAÇÃO			
1- FUNDEB	1º REVISÃO 2011 (A)	Dotação Atual em 24/01/2011 (B)	Diferença = (B) - (A)
1.1 - PERDA LÍQUIDA	1.894.400.339	1.903.347.327	8.946.988
00	1.764.534.047	1.714.954.166	(49.579.881)
06	72.358.477	116.555.287	44.196.810
07	57.507.815	71.837.874	14.330.059
1.2 - RETORNO	2.339.328.421	2.482.630.286	143.301.865
00	2.178.961.100	2.325.852.915	146.891.815
06	89.352.941	76.416.751	(12.936.190)
07	71.014.380	80.360.620	9.346.240
1- TOTAL FUNDEB	4.233.728.759	4.385.977.613	152.248.854
2- DEMAIS ÁREAS*			
2.1- Despesa	2.167.168.923	2.115.025.460	(52.143.463)
2.2- RP cancelado			-
2- TOTAL DEMAIS ÁREAS	2.167.168.923	2.115.025.460	(52.143.463)
TOTAL EDUCAÇÃO (1 + 2)	6.400.897.683	6.501.003.073	100.105.390

* Já excluído o valor de R\$ 18 milhões do Merenda Escolar.

A tabela acima apresenta o impacto estimado da reavaliação de receita nas despesas com educação. No total de recursos repassados ao FUNDEB a receita ficou abaixo R\$152.25 milhões da dotação inicial por conta principalmente da redução do coeficiente de retorno (queda de 1,86%). Na função educação a dotação atual ficou em R\$ 100,1 milhões acima da receita prevista para o ano.

IV. 5 – FAPERJ, FECAM E FAF

FAPERJ, FECAM e FAF têm saldos positivos. No primeiro, o valor chega a R\$ 17.335.540 No segundo a sobra chega a R\$ 9.565.475 e no terceiro R\$ 297.230 conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Em R\$

FAPERJ			
FONTES	1º REVISÃO 2011 (A)	Dotação Atual em 24/01/2011 (B)	Diferença = (B) - (A)
00	261.612.221	309.591.438	47.979.217
01	507.884		(507.884)
10	33.103		(33.103)
22	30.102.691		(30.102.691)
TOTAL:	292.255.898	309.591.438	17.335.540

Em R\$

FECAM			
FONTES	1º REVISÃO 2011 (A)	Dotação Atual em 24/01/2011 (B)	Diferença = (B) - (A)
01	435.520	403.236	(32.284)
04	279.037.643	288.635.402	9.597.759
TOTAL:	279.473.163	289.038.638	9.565.475

FAF			
FONTES	1º REVISÃO 2011 (A)	Dotação Atual em 24/01/2011 (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
00	162.611.298	189.992.813	27.381.515
01	26.719.412		(26.719.412)
22	364.873		(364.873)
TOTAL:	189.695.583	189.992.813	297.230

Conforme Parecer nº245/PE/2010 da Assessoria Jurídica da SEFAZ e quadros com observações da SUACIEF fls.20-29 (Processo nºE-04/008.424/2010).

V- Recomendações

1. Sugere-se o contingenciamento de R\$1,37 bilhão, sendo que R\$ 486,40 milhões referentes às despesas obrigatórias; e o restante, conforme critério da SEPLAG, de acordo com o planejamento orçamentário dos órgãos. Entretanto, há necessidade de realizar aporte adicional de R\$68,05 milhões no PASEP.
2. Publicar resolução conforme a tabela 4 cumprindo o art. 13 da Lei complementar Nº 101 de 04 de Maio de 2000.

Carlos Roberto Moreira de Araújo
Assistente da Superintendência
de Relações Federativas e Transparência Fiscal

Renata Gomes Rimes de Almeida
Coordenadora da Superintendência
de Relações Federativas e Transparência Fiscal

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal